

Soluções paliativas atrapalham

Como o Eixo Monumental transformou-se de um patrimônio a ser reverenciado em um espaço a ser alugado praticamente a qualquer um, servindo a todo e qualquer propósito comercial?

Os que tentam preservá-lo das agressões têm a resposta: não são as atividades eventualmente realizadas as responsáveis; o problema é que o direito provisório de ocupação das áreas, concedido pela Administração Regional de Brasília, acaba se estendendo indefinidamente.

A feira de comércio ambulante instalada ao lado da Rodoviária é um dos exemplos mais evidentes. Os camelôs foram retirados da plataforma superior, mas, enquanto aguardam a construção do Shopping Popular, seguem no local, onde a polícia afirma ocorrer desde o tráfico de drogas até prostituição.

"Essas soluções paliativas dadas pela Administração, que acabam ficando por tempo indeterminado, são um obstáculo ao nosso trabalho", declara o superintendente do Iphan no DF, Cláudio Queiroz.

Para ele, o GDF tem sido permissivo em conceder as autorizações de utilização temporária dos locais, além de não atuar efetivamente na repressão às irregularidades. "Compromissos políticos impedem que o GDF cumpra seu papel de protetor do patrimônio com eficiência", crê.

O administrador regional de Brasília, Fernando Godoy, contesta. "A feira ao lado da Rodoviária já tem prazo para ser retirada. No ano que vem, os ambulantes serão transferidos para o Shopping Popular", justifica.

Quanto aos ônibus e caminhões estacionados ao lado da pista, em frente ao Estádio Mané Garrincha, Godoy afirmou não poder mudar a situação. "É um estacionamento público. Comprometo-me a pedir aos empresários que afastem os veículos da via, mas não posso retirá-los de lá", declarou o administrador.

É uma meia-verdade. O estacionamento é, de fato, público, porém os ônibus deveriam estar recolhidas às garagens das empresas, quando não estão circulando. As empresas de transporte, mantendo-os no local, economizam duplamente à custa do aviltamento do Eixo Monumental, que não foi projetado para abrigar frotas particulares de ônibus.

A fiscalização dos monumentos e das vias do Plano Piloto, Patrimônio Cultural da Humanidade, é responsabilidade da Administração Regional de Brasília, do Iphan e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

De acordo com o superintendente do Iphan, a quantidade de denúncias de irregularidades era tão grande que, há dois meses, se tornou necessária a criação, no DF, de uma nova Superintendência do Iphan.

Estacionamentos que dariam comodidade ao turista hoje abrigam ônibus e caminhões de mudança, sem que seja possível tirá-los de lá